

A educação no Brasil colonial a partir do Serro/MG (1702 a 1758)

Education in Serro/MG, colonial Brazil (1702-1758)

Daniilo Arnaldo Briskievicz

email: doserro@hotmail.com

Instituto Federal de Minas Gerais. Brasil

Resumo: Investigamos a história da educação no Brasil colonial baseada na formação da cidade do Serro, uma das primeiras vilas do ouro ocupadas pela metrópole portuguesa no século XVIII. A partir do marco zero da colonização das minas do Serro do Frio em 1702 – que foi a escrita do livro de registro das minas pelo escrivão Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo – narramos as tensões entre letrados e iletrados, entre colonizadores e colonizados, entre descobridores, índios e escravos africanos. Demonstramos que a educação passa nesse contexto pelo ensino espontâneo que se dá na vida cotidiana, nas relações com o padroado, com o Senado da Câmara, nas corporações de ofícios mecânicos para a construção das igrejas, criando uma urbanidade marcada pelas tensões raciais, econômicas e políticas. A metodologia é a microanálise histórica, ou seja, uma abordagem micro-histórica, com uma reconstituição de narrativas a partir de fontes primárias e secundárias. Além da narrativa que reconstituiu a história da educação que se deu no entrelaçamento entre Brasil e Portugal ou entre o Serro e Portugal buscamos um diálogo com Norbert Elias e o seu conceito de processo civilizador, com Max Weber ao definir a burocratização moderna e com Pierre Bourdieu ao conceituar como opera o poder simbólico para elucidar como e de que forma a educação informal aconteceu nesse contexto.

Palavras-chave: Ensino espontâneo; Brasil colônia; história da educação; história de Minas Gerais; colonialismo.

Abstract: We investigate the history of education in colonial Brazil based on the formation of the city of Serro, one of the first gold towns occupied by the Portuguese metropolis in the 18th century. From the starting point of the colonization of the Serro do Frio mines in 1702 – documented in the book of record of the mines by the clerk Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo, we narrate the tensions between the literate and illiterate, between the colonizers and colonized, between the discoverers, indigenous peoples and African slaves. We show that education occurred in this context through the spontaneous teaching that takes place in daily life, in relations with the patron, with

the Senate of the Chamber, and in the corporations of mechanical workshops for the construction of churches, creating an urbanity marked by race, economics and policies. The methodology is historical microanalysis, that is a microhistorical approach, with a reconstruction of narratives from primary and secondary sources. In addition to the narrative that reconstituted the history of education which occurred in the clash between Brazil and Portugal, or between Serro and Portugal, we sought parallels with Norbert Elias' concept of civilizing process, Max Weber's definition of modern bureaucratization, and Pierre Bourdieu's conceptualization of how symbolic power operates to elucidate how and in what way informal education occurred in that context.

Keywords: Spontaneous teaching; Brazil colony; history of education; history of Minas Gerais; colonialism.

Received: 15/05/2018

Accepted: 24/10/2018

1. A educação brasileira no século XVIII a partir das minas de ouro

O problema central de nossa presente argumentação é compreender primeiras décadas da história da educação das minas do Serro do Frio colonizadas por Portugal em 1702, passando a se chamar Vila do Príncipe em 1714 e elevada a cidade do Serro em 1828. O Serro foi o ponto de partida para a colonização do norte de Minas Gerais no Brasil do século XVIII. Interessa-nos analisar as tensões educacionais entre o projeto mercantilista de Portugal e sua população mineira no Brasil setecentista.

Figura 1. Mapa da localização do Serro no estado de Minas Gerais e Brasil



Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu

A história da educação brasileira no século XVII aparece como um problema que envolve a metrópole portuguesa e os conflitos entre as elites locais, os índios e o escravos africanos, em especial na região das minas de ouro. Por isso, procuramos lançar luz sobre o marco zero da história da educação no norte de Minas Gerais através da narração do descobrimento do Serro para entender um pouco mais sobre

a própria história da educação do Brasil colônia. Assim, contamos um pouco da história das origens da educação nas minas do Serro do Frio e tentamos identificar de onde vieram esses homens mulheres e crianças considerados estranhos e estrangeiros ao território dos índios botocudos, os habitantes mais antigos das terras serranas. O nosso problema se resume na questão: como se desenvolveram as práticas educativas na região do Serro/MG entre os anos de 1702 a 1758?

2. Entre índios e bandeirantes: o marco zero

A cidade do Serro, no norte de Minas Gerais, foi conquistada no dia 14 de março de 1702, por paulistas que se embrenharam no sertão para além das minas de Sabará, onde mantinham sua base de apoio para os descobertos das minas gerais. A cidade começou como uma mina de ouro, onde «é tudo extenso e aberto sertão» (Coelho, 1994, p. 239). Sua primeira narrativa documental – e por isso mesmo histórica – se deu com o uso de uma língua estrangeira aos habitantes daqueles morros, idioma vindo do continente europeu: a língua portuguesa. A língua era apenas dos descobridores, estranha e totalmente desconhecida da nação dos índios botocudos, os habitantes originais da região do Serro do Frio, que a denominavam por Ibiti-rui (Silva, 1928, p. 16). O idioma do primeiro documento escrito em papel encadernado no formato de um livro dessas minas foi o português, aprendido em alguma cadeira de primeiras letras de Taubaté, Guarulhos, Itu ou Vale do Paraíba onde um mestre de primeiras letras ensinou o bê-á-bá lusitano. Nessa região paulista viveram as famílias dos descobridores *serranos* originários da imigração portuguesa para a colônia. Segundo Silva (1928, p. 3), «o Serro veio de Sabará». O grupo de bandeirantes paulistas aprendeu os caminhos do ouro a partir das entradas de Fernão Dias Paes Leme (c.1608-1681), que os ensinou ao seu genro Manuel de Borba Gato (1649-1718), que por sua vez passou os ensinamentos sobre as rotas do ouro e de como descobrir o metal precioso nos rios mineiros a tantos outros grupos de paulistas (Conceição, 1823, p. 18), incluindo os descobridores do Serro. Nesse sentido, podemos afirmar que o conhecimento prático sobre os rios, a mineração, as entradas, ou seja, *da melhor maneira de fazer descobertos* foi aprendido por paulistas que passaram pela pousada sabarense. O ofício de descobridor quando recompensado por seus achados feitos *apenas e por causa* da permissão da coroa portuguesa era fundamental para a sobrevivência econômica, para a manutenção do prestígio social e a ampliação dos privilégios concedidos pela metrópole. De fato, o Serro veio de Sabará (Barbosa, 1995, pp. 291-292), que veio de São Paulo, que veio da interiorização metropolitana nas terras coloniais desde o século XV.

O escrivão do documento de descoberta era um dos integrantes da expedição e o seu nome era Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo. Ele era um paulista alfabetizado e conhecedor dos pousos de Sabará. Um homem letrado que fazia jus à clássica premissa dos antigos que afirmavam não haver paulista que, «mais ou menos, deixasse de afagar o pensamento de descobrir minas» (D'Oliveira, 1864, p. 114).

De fato, a coroa portuguesa já havia espalhado seu idioma pelo nordeste do Brasil desde o século XVI com os padres jesuítas da Companhia de Jesus que

desembarcaram na colônia no ano de 1549, ao mesmo tempo que o primeiro governador-geral da colônia, Tomé de Souza. O papel dos jesuítas na atividade de espalhar a dominação secular-religiosa pelo território colonizado, numa perfeita cadeia de intenções entre a coroa portuguesa e da Igreja Romana foi bem sucedido até que na administração dos bens temporais e seculares «os religiosos portavam-se de forma semelhante aos agentes econômicos leigos» gerenciando «uma grande empresa moderna, conforme a lógica dos latifundiários monocultores» concorrendo com «empreendedores seculares em condições vantajosas, pois além de contar com os favores reais e a isenção de tarifas, desfrutavam da mão de obra gratuita dos índios reunidos em aldeamentos» (Saviani, 2013, pp. 68-69) por eles dirigidos. Até a dissociação dos interesses entre a Companhia de Jesus contrarreformista, ou seja, ligada diretamente ao movimento da Igreja contrário à reforma luterana, e a coroa portuguesa em franca aceleração da exploração do território colonial brasileiro – acontecida em 1759 com a expulsão dos jesuítas da colônia por ordem do Marquês de Pombal, muitas cidades iriam orbitar em torno dos colégios jesuítas, do seu método de ensino *Ratio Studiorum* e de seu poder religioso e temporal.

É assim que os jesuítas determinaram a moralização cristã do povoamento da Vila de São Vicente [cidade de São Paulo] criada em 22 de janeiro de 1532, e de sua região de onde saíram os bandeirantes que, chegando até Sabará, iriam buscar descobertos nas minas do Serro do Frio influenciados pela construção do Colégio dos Jesuítas construído em 1554. O atual estado de São Paulo tem história comum com Minas Gerais e estão diretamente relacionados quando o tema é a interiorização portuguesa na colônia. Dessa forma, o estado de Minas Gerais e de São Paulo foram comandados até 18 de junho de 1710 pela Capitania do Rio de Janeiro quando foi criada a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro (Briskievicz, 2017). No dia 02 de dezembro de 1720 os dois territórios foram separados criando duas capitanias distintas, mas fundamentalmente coligadas por antepassados, por costumes, pela religiosidade cristã que fará surgir em terras mineiras o barroco, pela forma de entender o fenômeno da modernização que segundo Max Weber leva a uma «identificação da correlação e do condicionamento de certos valores» (Bobbio, Mateucci, & Pasquino, 2007, p. 775). Dito de outra forma, a ética cristã portuguesa refundada e recriada na colônia pelos paulistas dos descobertos é ontologicamente constituinte da ética barroca das Minas do Serro do Frio e de todas as suas formas de ver e viver a própria existência. Além disso, temos o fenômeno cultural da burocratização ou racionalização da vida social, política e econômica que segundo Max Weber (2001, p. 26) é a marca dos estados modernos industriais, mas que nas Minas do Serro do Frio começou a ser ensaiado, num estágio pré-capitalista assim como na Vila de São Vicente, Vila Rica e no Tijuco [hoje Diamantina], por exemplo. Os bandeirantes herdaram, de alguma forma, o modo de ver o mundo dos jesuítas amalgamando cristianismo e civilidade, bens temporais e bens divinos (Saviani, 2013, p. 2).

É dessa forma que a lógica de organização sociocultural dos bandeirantes parece ter se tornado uma característica local espalhada para outros lugares do Brasil e, em especial, nas minas do Serro do Frio. Assim, «não é, pois, de se estranhar que na Colônia tenham vingado hábitos aristocráticos de vida» uma vez que «no propósito de imitar o estilo da metrópole, era natural que a camada

dominante procurasse copiar os hábitos da camada nobre portuguesa» e, por isso, «a sociedade latifundiária e escravocrata acabou por ser também uma sociedade aristocrática» sendo que para isso «contribui significativamente a obra educativa da Companhia de Jesus» (Romanelli, 2014, p 33). Não se pode esquecer, no entanto, que para se ter o homem paulista cristão civilizado e aristocrático foi preciso haver a imigração portuguesa para as terras coloniais a serviço da coroa.

Dessa forma, o escrivão Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo, responsável pela inscrição e descrição do descobrimento da região do Serro do Frio em *letra formal* sabia ler e escrever por conta de um ponto de honra das elites locais de São Paulo e de sua região: um *cidadão* de verdade era cristão e sabia ler e escrever. É assim que o letrado escrivão chega ao descoberto das minas do Serro do Frio trazendo muito do universo colonial de matriz jesuítico-paulista-portuguesa em sua vida: para salvar a alma é preciso ser civilizado, para salvar a alma é preciso ser moralizado, para salvar a alma é preciso saber ler. Evidentemente, o contraponto do processo civilizatório de matriz jesuítico-paulista-portuguesa é com os selvagens, os indígenas, os homens das matas. Ser moralizado e cristão é ser não índio. É ser da cidade e não da selva. É ser das letras, dos livros, dos registros oficiais e não apenas da linguagem oral. É viver de acordo com as obras de seus ofícios [o trabalho das mãos] sem se servir unicamente do que a natureza [a coleta pura e simples] oferece gratuitamente. Ser moralizado é criar um outro mundo que se encarne ou se projete – em prédios, ruas, chafarizes, igrejas e câmaras – a lei divina do progresso, mola impulsadora do projeto de modernidade europeu.

Por conta das relações entre São Paulo e Sabará nasceu as minas do Serro do Frio e para elas o escrivão Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo trouxe o livro da descoberta das minas do Serro do Frio em branco desde as minas de ouro de Sabará. O escrivão do procurador da Fazenda Real escreveu o primeiro livro da onde fizeram a pousada sabarense (Silva, 1928, p. 6) na região do Serro do Frio em português castiço, deixando gravado para a conferência dos mandatários lusitanos um *Livro que há de servir da Receita da Fazenda Real destas minas do Serro do Frio e Tucambira de que é descobridor o guarda-mor e capitão Antônio Soares Ferreira, que numerei e rubriquei pela faculdade que por isso tenho e tem princípio no quatorze de março de mil setecentos e dois anos*. O escrivão nomeou com todas as letras os descobridores: Antônio Soares Ferreira, seu filho João Soares Ferreira [Paes] e Manoel Corrêa Arzão acompanhados pelas testemunhas oculares que vão redigir e dar validade aos documentos oficiais para conhecimento da Real Fazenda: o procurador Baltasar de Lemos de Moraes Navarro e seu escrivão Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo. Os conquistadores vinham «para estas partes tão distantes a descobrir estas novas minas» a fim de «descobrir a sua custa e perigos de vida que se opôs por este deserto a cuja diligência não houve quem se opusesse pelas grandes dificuldades que lhe acharam». O escrivão destacou que fazia com precisão o seu ofício: «o que eu escrivão certifico e sei por também acompanhar ao dito guarda-mor por este sertão neste descobrimento por firmeza do que passei a presente certidão por mim feita e assinada» (Pinto, 1902, pp. 939-940). Um achado que teve como ponto de partida um livro escrito em português por um procurador alfabetizado em São Paulo, com hospedaria em Sabará e que chegou ao Serro antigo atrás do enriquecimento pela corrida do ouro. E, de fato, conseguiu.

Na prática, as minas do Serro do Frio deram retorno imediato aos descobridores e para a coroa portuguesa que começou a exigir imediatamente o pagamento do quinto de ouro dos mineradores aventureiros. Poucos meses após a descoberta dos bandeirantes sabarenses formou-se um povoamento nas proximidades dos atuais córregos Quatro Vinténs e Lucas, com os primeiros lavradores. Nas minas do Serro do Frio chegaram os mais diversos aventureiros da corrida do ouro vindos dos caminhos da Bahia, antiga estrada que ligava as minas do Serro do Frio à cidade de Salvador. O trabalho do procurador Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo de escriturar o Livro da Receita da Fazenda Real era importante para o controle burocrático das descobertas e para designar quem pagava os impostos e arrematava as braças de terras. Dessa forma, o primeiro lançamento do imposto do quinto de ouro aconteceu em 18 de setembro de 1702. Nesta data, «quintaram Antônio Camelo e seu camarada Domingos de Brito da Costa que vão para os currais da cidade da Bahia» quantia de «cento e quarenta oitavas de ouro de que pagaram de quintos à Fazenda de sua majestade, que Deus guarde, vinte e oito que logo recebeu perante mim escrivão o guarda-mor Antônio Soares Ferreira por falta de tesoureiro e ficaram cento e doze oitavas que levam em pó» uma vez que não havia fundição nestas «minas do que fiz este termo que assinou o dito guarda-mor e os sobre ditos comigo e eu, Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo, escrivão da Fazenda Real e datas destas minas, o escrevi e assinei» (Pinto, 1902, pp. 939-940). Depois de quatro anos, o livro trazido em branco de Sabará já havia esgotado cem folhas e foi encerrado pelo escrivão (Briskievicz, 2017).

Para o escrivão e procurador da Real Fazenda Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo ter sido alfabetizado no contexto do Brasil colônia ao final do século XVII e início do século XVIII era uma distinção social. Os homens letrados chegaram de fora pois nas primeiras décadas do século XVIII na região do Serro do Frio não houve a mínima preocupação com o ensino, com a educação. A preocupação era o ouro. O brilho do ouro ofuscou a educação.

Em 1714, as minas do Serro do Frio se tornaram vila homenageando Dom Pedro de Bragança (1712-1714), o príncipe que acabara de nascer, herdeiro do trono, filho de Dom João V, rei de Portugal. Este príncipe viveu apenas dois anos fazendo o irmão Dom José I o novo príncipe de Portugal e de sua colônia, o Brasil. A homenagem ao primeiro príncipe resultou em homenagem antecipada ao irmão sucessor, ou seja, o nome da Vila do Príncipe pode ser entendido de maneira genérica ao príncipe do Brasil aquele que iria assumir o trono. De fato, Dom José I governou de 1750 até 1777. Com a *elevação e distinção* do povoado, daquele pequeno arraial à condição política de vila houve mudanças na estrutura urbana e na forma de administrar os privilégios. Assim, levantou-se na vila o pelourinho, em frente da matriz e da casa do Senado da Câmara, edificou-se a cadeia pública e a desordem do bota e vira das bateias passou a receber um certo planejamento urbano, de maneira a melhorar as condições dos funcionários públicos, e do pequeno número de moradores que sonhava em permanecer naquele lugar *em construção precária para toda a vida*. A abertura da Rua Direita na encosta ensolarada do povoado sedimentou o perfil arquitetônico da vila daquele momento até os dias atuais, com as ruas paralelas denominadas inicialmente de Cima e de Baixo. Além disso, devido aos serviços religiosos da matriz no centro do povoado, o Arraial de Baixo, entrada dos caminhos

para os currais da Bahia acabou se tornando um lugar de passagem de viajantes, sem receber os equipamentos urbanos do que se convencionou chamar o Arraial de Cima. Dessa forma, da elite local, formou-se o Senado da Câmara em que os *homens bons* da Vila do Príncipe eram eleitos e serviam gratuitamente aos interesses administrativos do governo português, constituindo este *serviço patriótico* em um privilégio das mesmas elites. O Senado da Câmara era o espaço decisório da lei e da ordem da vila, que trabalhava distribuindo a justiça, os benefícios das obras, e das côngruas aos párocos da Igreja Romana.

O controle administrativo português sobre as terras auríferas foi ampliado ainda mais com o desmembramento e desvinculação do território de São Paulo e Minas do Ouro da Capitania do Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1710. No dia 02 de dezembro de 1720, houve a separação definitiva entre São Paulo e Minas do Ouro, tornando-se duas capitanias autônomas (Coelho, 1994, p. 125). Um pouco antes, a futura Capitania de Minas Gerais já havia recebido uma divisão administrativa radical. Tratava-se da criação em 07 de fevereiro de 1720 da Comarca do Serro do Frio com sede ou cabeça em Vila do Príncipe e a construção da Real Casa de Fundição do Ouro prevista para ser edificada logo, mas isso só iria acontecer no ano de 1750, para quintar os mineradores. O norte de Minas Gerais onde se estabeleceu a comarca era considerado um território «onde se acham infinitas minas» pois «tem esta vila termos muito dilatados e para a parte de oeste ainda se não tem averiguado seu limite» (Brito, 1732, pp. 23-24). Os limites da época não deixam dúvida sobre a intenção portuguesa de povoar o norte de Minas Gerais para intensificar a interiorização da colônia brasileira:

Pelo Rio Cipó desde a nascente até entrar no Paraúna; por este abaixo até entrar no Rio São Francisco; por este abaixo até entrar no Rio da Carinhonha; a seguir, pelo lado direito dividia com a Bahia pelo Rio Verde à pouca distância do arraial de Matias Cardoso. Depois dividia com Caeté pelo Rio do Peixe, um outro, para cá do Itambé do Mato Dentro, desde sua nascente até entrar no Rio Preto; por este abaixo até entrar no Rio Tanque; por este abaixo até entrar no Rio Santo Antônio; por este abaixo até entrar no Rio Doce. E até onde diretamente for o limite com a capitania do Espírito Santo. Em 1928, conforme Dr. Dario a Comarca seria o conjunto das seguintes localidades: Serro, Diamantina, Bocaiúva, São Francisco, Montes Claros, Rio Pardo, Grão-Mogol, Minas Novas, Salinas, Tremedal, Teófilo Otoni, São João Batista, Peçanha, Guanhões, Araçuaí, Ferros, Conceição do Mato Dentro e parte de Januária (Silva, 1928, p. 30).

Todas as dificuldades inerentes à geografia do norte de Minas Gerais foram determinadas pela criação da Comarca do Serro do Frio, o que em muitos casos, fundamentou o mal funcionamento da instrução pública, a precarização da profissão dos professores de primeiras letras, a dificuldade de comunicação entre o governo central da província em Vila Rica e a Vila do Príncipe e da Vila do Príncipe com as centenas de arraiais e vilas sob sua responsabilidade. De fato, esses fatores ligados à impossibilidade da administração do Senado da Câmara de se fazer *participante* de uma ação educativa em conjunto criaram o cenário propício para a

quase ausência de cadeiras de primeiras letras no século XVIII na Vila do Príncipe e na Comarca do Serro do Frio.

A Igreja Romana não tardou a aparecer na formação social serrana. No dia 17 de novembro de 1713, foi criada a Paróquia Nossa Senhora da Conceição pelo bispo do Rio de Janeiro, Dom Frei Francisco de São Jerônimo, formado em Teologia pela Universidade de Coimbra. Teve a provisão de primeiro vigário encomendado o licenciado padre Antônio Mendanha Souto Maior de quem o bispo do Rio de Janeiro tivera boa informação (Silva, 1928, p. 12). A complexa relação entre o estado português e a Igreja Romana pôde ser percebida claramente na Vila do Príncipe: criaram-se as paróquias para o serviço das almas, mas também para a arrecadação de dízimos e sustento dos padres. Dessa forma, «qualquer estudo sobre o clero no Brasil colonial tem necessariamente que levar em conta a existência do padroado e suas implicações para a organização e funcionamento da Igreja no ultramar português» (Lima, 2014, p. 47). A presença da Igreja Romana e do sistema do padroado desde o início do povoamento da Vila do Príncipe uma vez que os padres, párocos e vigários da paróquia de Nossa Senhora da Conceição chegaram até ela tendo passado pelas primeiras letras, pelas humanidades e pelos cursos preparatórios para o sacerdócio, tornando-se uma referência de personalidades ilustradas e que mereciam o respeito da população local uma vez que dominavam a leitura, a escrita, a oratória, o latim, a filosofia e a teologia. Os sacerdotes amalgamavam, então, o poder temporal e o poder divino, dados pela educação recebida nos seminários das dioceses do Rio de Janeiro, de Mariana e depois, mais à frente no tempo, de Diamantina.

Ao investigar a educação nos primeiros anos das minas do Serro do Frio, da Vila do Príncipe, da Comarca do Serro do Frio e, por extensão do norte de Minas Gerais nos dias atuais, podemos afirmar que o ouro ofuscou o ensino. Não houve em momento algum qualquer tipo de discussão, de apreciação, de proposta, de tomada de atitude em educar quem quer que fosse na região da corrida do ouro nos primeiros anos da conquista e estruturação de um sistema de controle, fiscalização, vigilância e exploração por parte da coroa portuguesa. Assim, tanto o escrivão do procurador real Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo, quanto o primeiro padre encomendado da paróquia de Nossa Senhora da Conceição; tanto os descobridores oficiais das minas que tiveram acesso aos estudos de primeiras letras quanto os aventureiros da corrida do ouro cujas biografias se perderam na poeira do tempo, dos quais não podemos checar qual o acesso que tiveram às primeiras letras, todos que chegaram àquela região acreditavam apenas num sonho: vencer na vida com a descoberta de várias oitavas de ouro ou dos serviços que incluíam a sua exploração, participando da elite administrativa local através das provisões de cargos públicos dados no interesse da gestão da coroa portuguesa da colônia ou através das eleições do Senado da Câmara como reconhecimento dos *homens bons*. Nesse sentido, podemos afirmar que o silêncio em relação ao ensino nas minas do Serro do Frio com a ausência de professores de primeiras letras é um sintoma de que os interesses eram os de curtíssimo prazo: enriquecer e partir. Os que ficaram, talvez começassem a sonhar com uma comunidade em que o sentido da convivência fosse um dia norteado por outras luzes, as luzes da

educação. Dessa forma podemos caracterizar a educação nos primeiros anos das minas do Serro do Frio como absolutamente ausente.

3. O ensino espontâneo e a moralidade civilizadora

A dinâmica urbana da Vila do Príncipe passou a exigir melhorias dos serviços básicos para a manutenção da vida de seus moradores como o acesso à água potável e à alimentação de qualidade, demandando por terras onde edificar as casas para bem viver e criar família, pleiteando arrematação de novas lavras para continuar o processo de exploração e acumulação do ouro, a principal moeda de troca por comida, vestuário, religião e transporte. Com o crescimento de uma elite local interessada em permanecer na Vila do Príncipe como moradores depois dos primeiros anos da frenética corrida do ouro estabeleceram-se, então, duas formas de perpetuação de seus privilégios *econômicos, de raça e de sangue*. A primeira e a mais conhecida da história local foi a instituição radical da escravidão africana para os serviços manuais nas lavras, nas casas e nas fazendas. A segunda forma não muito discutida e debatida foi a educação informal dos filhos em profissões e atividades econômicas destinadas aos *homens bons* da terra.

A escravidão africana exigia grande capital para aquisição das peças (em expressão usada naquele tempo e hoje modificada para escravizados) trazidas dos mercados de Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro. Exigia também um consolidado sistema moralizador, punitivo e prisional para o controle social dos cativos para que pudesse bem funcionar em paragens tão distantes de qualquer outra civilização. Este não era um problema difícil de resolver, pelo menos nos primeiros do povoado pois, com o ouro em profusão para financiar o sistema colonial mercantilista, as elites serranas rapidamente se devotaram à escravidão como um investimento lucrativo e que auxiliava na ampliação de seus ganhos. Dessa forma, em 1735, no norte de Minas Gerais, às margens do Rio Jequitinhonha, contavam-se 35 lavras estabelecidas e centenas de escravos em empreitada para seus proprietários. No mesmo ano, a cadeia ganhou um prédio novo para abrigar os escravos e criminosos que desobedeciam às regras da convivência *civilizada* da vila (Briskievicz, 2017).

Em 1714, por ocasião da elevação do arraial à vila (Coelho, 1994, p. 129), o pelourinho foi colocado em frente à matriz. Segundo Silva (1928, p. 39-40), «chamava-se *pelourinho* a coluna sobre a qual se expunham os criminosos à ignomínia ou se prendiam para se lhes infligir surras». E o autor serrano conclui: «pobres escravos! Seis braços e nestes vários argolões de ferro em que amarrados sofriam surras os culpados por castigo, os inocentes para exemplo amedrontador!».

Consolidando o sistema de exploração do ouro pela escravidão africana, a elite serrana usou a mão-de-obra escrava extensivamente, alargando seu uso para todas as atividades de sua vida cotidiana que exigiam alguma atividade manual e que poderia gerar desprestígio social. Afirma Coelho (1994, p. 254) que não havia na Capitania de Minas Gerais «um homem branco nem uma mulher branca que queiram servir, porque se persuadem que lhes fica mal um emprego que eles entendem que só compete aos escravos», sendo que assim «centos de escravos se ocupam dos serviços domésticos e deixam de se ocupar no trabalho das terras e na extração do ouro» (Coelho, 1994, p. 254).

Para os escravos restava participar marginalmente do processo civilizatório serrano com obediência e resignação, à margem da civilização que os serranos estavam criando em torno de seus interesses. O conceito de processo civilizatório foi criado por Norbert Elias (1993; 1994) para quem uma sociedade é composta por costumes como os gestos diários, as funções corporais, o cuspir, o urinar, o assoar, as boas maneiras à mesa. O processo civilizatório acontece quando se amplia o controle da animalidade quando no século XVII começam os comportamentos ligados ao controle da natureza animal: esconde-se a nudez do corpo, os odores são disfarçados e as necessidades e funções naturais são realizadas em lugares próprios, isolados. Os costumes são considerados *elevados quando regulamentados por regras sociais, quando os sentimentos e a sensibilidade são controlados pela moral das elites* que criam em torno de si o modelo de um novo indivíduo. Civilizado é o sujeito que incorpora as normas sociais. Por isso, para Elias, a história da sociedade se reflete na história interna de cada indivíduo. Isso significa que a criança não nasce civilizada, ela adquire culturalmente as formas de se comportar na sociedade em que nasceu (Elias, 1973, p. 278). Nossa distinção dialética propositalmente deslocada para o estudo das minas do Serro do Frio e a educação entre civilizado e não civilizado, entre civilizado e selvagem, entre serrano e africano, entre português e escravo adveio de Elias. Por isso, podemos perceber como se deu na região serrana a importação do modelo de civilidade europeia. Com o tempo os serranos nascidos na colônia vão reinventar a civilidade tendo como base o modelo português. Dessa forma, os escravos acabavam sendo subjugados ao processo civilizatório por seus proprietários. É assim que por empreitada paga aos seus donos esses mesmos escravos marginalizados do processo enquanto sujeitos, eram emprestados para os jornais para os serviços do Senado da Câmara. A povoação precisava crescer e melhorar. Dessa forma, em 1737, o primeiro calçamento de uma rua da vila foi realizado. Não por acaso, a Rua do Pelourinho foi a primeira a ser beneficiada, já que era o ícone da moral serrana: «quando começou o calçamento das ruas, em 1737, o Senado da Câmara mandou fazer a calçada na rua do Pelourinho» que ia «da porta de Antônio da Costa Ribeiro, Pelourinho acima até o adro da Matriz» (Silva, 1928, p. 47).

A povoação acabou por expressar a visão de mundo dos estrangeiros em tentativa de formar um costume comum, comunitário, coletivo, em que eles se reconheçam como cidadãos da colônia, mas de alguma forma, serranos. A moralidade serrana era pedagogicamente ensinada às novas gerações pelo poder simbólico expresso implícita ou explicitamente pelos prédios, pelas igrejas, pelo pelourinho, pela separação das classes sociais, pela separação entre cativos, forros e homens livres. Consolida-se um paradigma reprodutivista em que os mais velhos ensinam para os mais novos os seus valores e costumes, o mundo constituído como estrutura estruturante e estruturada disciplina os recém-chegados para conviverem nesse mundo já estabelecido, pré-determinado que será reproduzido. Consolida-se, também, o paradigma do poder simbólico em que as relações mantidas pela coercitividade e pela centralidade dos adultos que já fizeram suas escolhas morais antes dos recém-nascidos está por todos os lugares e espaços sociais e foi vivido e revivido pelas gerações de adultos e ensinado às novas gerações nas minas do Serro do Frio. É Pierre Bourdieu (1930-2002) que esclarece como o poder simbólico

[do qual faz parte a educação formal e o ensino espontâneo] é uma forma de conhecimento praxiológico em que «a questão da mediação entre o agente social e a sociedade» (Ortiz, 1983, p. 8) acontece. Assim, o poder simbólico é entendido como «não somente o sistema de relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói», mas se dá no interior das «relações dialéticas entre essas estruturas objetivas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las» (Bourdieu *apud* Ortiz, 1983, p. 8). As formas familiares, eclesiásticas, governamentais, policiais constituintes de uma sociedade são ensinadas e aprendidas cotidianamente. Depreende-se, assim, que são formas de reprodução do poder simbólico. A convivência do indivíduo em grupos é permeada pelo poder simbólico do próprio indivíduo, de outros indivíduos, do seu grupo e de outros grupos. Assim, aprende-se de maneira *formal* e também de maneira *informal* na convivência com os outros e com os objetos da sociedade.

Por outro lado, Bourdieu (2011, p. 55-72) explica que vivemos envolvidos por um *habitus*, que é a moldura da existência dos indivíduos, determinando sua forma de ocupar o seu lugar no mundo, o seu espaço de sociabilidade, em que suas redes de significados se estabelecem. O *habitus* é o «sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predisposta a funcionarem como estruturas estruturantes», ou seja, age «como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente regulamentadas e “reguladas” sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim» (Bourdieu *apud* Ortiz, p. 15). O *habitus* da educação informal serrana consagrou estruturas estruturadas como a escravidão e seu oposto que é o privilégio elitista da liberdade. Nessa dialética social entre o costume e o risco de sua perda pelas novas gerações criou-se um campo em que se tornou possível *viver* a vida normal e *sobreviver* nas dificuldades. O campo em que a ação do indivíduo se dá e se dava é, pois, um «espaço onde as posições dos agentes se encontram *a priori* fixadas» uma vez que «o campo se define como o *locus* onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão» (Ortiz, 1983, p. 19).

Portanto, as relações *aprendidas* socialmente estruturam-se formando indivíduos *assujeitados*, predispostos aos costumes por conta da existência de um poder simbólico que estrutura ontologicamente as relações sociais. Nesse sentido, a formação social *ensina* de maneira eficiente e eficaz, de maneira a conformar os indivíduos aos seus padrões, alcançando uma reprodução dos costumes, das formas de ver e viver a vida, de entender a própria história. Isso se faz como prática social uma vez que ninguém se constitui solitariamente, de forma apartada, ilhado em relação aos costumes de um grupo ou classe.

4. Modos coloniais de ensinar e de aprender

Quem construiu a Tebas de sete portas? Nos livros estão nomes de reis.
A grande Roma está cheia de arcos do triunfo. Quem os ergueu?
A cada dez anos um grande Homem. Quem pagava a conta?
Tantas histórias. Tantas questões (Bertold Brecht, Perguntas de um trabalhador que lê).

Se não houve uma educação formal com suas cadeiras e mestres nas minas do Serro do Frio e na Vila do Príncipe de que forma as pessoas aprenderam os ofícios mecânicos de pedreiro, carpinteiro, sapateiro, alfaiate, ferreiro, seleiro? Como se desenvolveu a longa catequese eclesiástica, a arte da música, da pintura, da escultura, as brincadeiras infantis e as danças de roda, as refinadas convicções políticas e econômicas, os conceitos filosóficos e financeiros? Enfim, como os serranos aprendiam numa sociedade em atividade, em construção, em elaboração de seus próprios fundamentos de sociabilidade?

A resposta parece apontar para a hipótese de que havia um modo colonial e serrano de ensinar informalmente. Apesar de todas as dificuldades da ausência do ensino das primeiras letras no povoado, este jeito informal se tornou eficiente e eficaz para solucionar os desafios impostos por aquele contexto. Houve uma instrução funcional que auxiliou na sobrevivência da formação social inicial, mostrando-se uma estrutura estruturada do poder simbólico (Bourdieu, 2011, pp. 55-72) do povoamento serrano. É o caso da construção da matriz de Nossa Senhora da Conceição ou do pelourinho que denominamos estruturas sociais auto-evidentes pois estavam lá como se já existissem desde sempre. Por outro lado, há *estruturas sociais não-evidentes*. Elas se constituem pelo silêncio absoluto das fontes que nunca foram escritas, mas restaram nas entrelinhas dos documentos. São estruturas sociais não-evidentes o cotidiano das relações domésticas, o cotidiano das missas com os seus mais diversos pontos de vista dos crentes e dos sacerdotes, o cotidiano da sexualidade vasada numa concepção cristã-medieval de corpo, o cotidiano do vestuário em terras de intenso calor e de frio congelante, enfim, aquilo que podemos denominar de micro-história ou microanálise. Esta relaciona-se diretamente à história cultural ou nova história cultural que «em suas principais versões procurou defender a legitimidade do estudo do “mental” sem abrir mão da própria história como disciplina específica» (Vainfas, 2002, p. 56). Estamos falando de método de análise histórica que por vezes é discordante da maioria de nossos livros sobre o tema, escritos em diferentes contextos. É que na história serrana, por vezes, o silêncio narrativo sobre determinados assuntos é uma constante, é de uma continuidade cíclica. Isso se deve, claro, ao momento histórico em que cada narrativa era por vezes impedida socialmente através dos mecanismos de controle social, como por exemplo, manter pessoas analfabetas ou impedi-las de manifestar sua arte através dos espaços públicos.

Para romper minimamente com este ciclo, escolhemos a micro-história pois esta metodologia nos auxilia a contar outras tantas histórias, pois pretende-se narrá-las como «a teia social concreta onde os atores se movem, exercendo múltiplos papéis sociais e individuais» com seus «dilemas, os impasses, as incertezas de cada um», ou seja, «dos personagens centrais» (Vainfas, 2002, p. 117).

5. O ensino espontâneo da música, da dança

Começemos por uma narrativa incomum encontrada em cadernos de pesquisa de Maria Eremita de Souza (1913-2003), historiadora e professora serrana. Trata-se das indicações de Zé da Sé, do Tijuco, hoje Diamantina.

Inauguração, em 1715, da primeira capelinha do Arraial do Tijuco.

De Conceição do Serro Frio veio a Lyra do Mestre Custódio Oliveira e os administradores de minas e outros funcionários da Real Coroa; da Pousada Sabarense contratou-se o fogueteiro Mestre Guidão. Foi um dia de muita festa, muitos fogos e vivas a Santo Antônio, ao Governador Dom Brás e a Lyra do Mestre Custódio. A tarde toda daquele dia houve muita comilança, banguê, vodu e dança de negros na senzala da Administração; minueto, contradança e *badinerie* nas varandas; toques de violas, fogos, muita ciranda das crianças e vivas a Santo Antônio e a música do mestre Custódio; danças de caboclos e Congada contratadas pelo administrador do Arraial da Conceição da Pousada Sabarense; foram dois dias de muita festança, tendo o governador Dom Brás e toda a sua comitiva aqui permanecido estes dias de folguedo (Arquivo Pessoal Maria Eremita de Souza, Caderno 7, s.p.).

Pelo olhar micro analítico identificamos os costumes da época em relação à festança ou ajuntamento público. A música parece estar em todos os espaços sociais. No espaço sagrado da igreja – o templo, do latim *fanum* – dada como instituição construída e inaugurada. Nesse espaço interior domina a piedade, o silêncio, o recato, o tempo dos cantos, a formalidade musical da orquestra do Mestre Custódio Oliveira e o tempo de ouvir o sermão do sacerdote. No espaço exterior, fora da Igreja – o profano [fora do *fanum*] – os toques das violas, as danças de roda de crianças, o vodu e a dança dos negros na senzala, as danças de caboclos e congadas, a dança nas varandas chamada de *badinerie* e intercalada com os instrumentos musicais o estouro de bombas fabricadas em algum quintal de algum morador. A questão de fundo que nos interessa é descobrir, dentro da possibilidade da narrativa, quem ensinava, como ensinava e em que contexto social, familiar, institucional este aprendizado acontecia para levar crianças, jovens, meninos e meninas a tocarem os instrumentos da orquestra, a dominar a arte das partituras das violas, a coreografia das danças, as letras que passaram de geração em geração das cantigas de roda, as rápidas e dançantes *badineries*, a arte da culinária.

São perguntas fundamentais que encontram eco tão somente na vida cotidiana, nos aprendizados informais, casuais, ocasionais, lúdicos e não estão nos livros oficiais e passa ao largo dos livros didáticos e da normatização pedagógica. Por isso, o relato de Zé da Sé mostra mesmo sem querer (parece que o objetivo principal é reverenciar a visita do governador e a inauguração da capela) a riqueza de aprendizados de várias vilas do ouro como Conceição do Serro [hoje Conceição do Mato Dentro], Vila do Príncipe e o Tijuco. Mostra a alegria da festa e de como a diversão exigia aprendizados dos mais diversos que vão da leitura do latim pelo padre, da leitura das partituras pela orquestra do maestro Custódio Oliveira, da capacidade científica para calcular a composição exata dos fogos de artifícios, a leitura do espaço para organização das danças, mesmo aquelas no interior da senzala da Administração. A vida em conjunto exigia o aprendizado da socialização para as crianças que eram instruídas em como vivenciar os seus espaços urbanos, de como tratar os iguais e os diferentes. Nesse sentido, segundo Priore (2016, p. 323), «a participação em festas com música atraía crianças de todos os grupos sociais, alegrando procissões, enfeitadas com carapuças cobertas de pedrarias

e flores» e assim «participavam de coreografias e cantos em homenagem a determinado santo da Igreja Católica ou em homenagens aos governadores recém-chegados de Portugal».

Dessa forma, a música e a dança estavam amalgamados, ou seja, a música *sustentava* as danças. Nesse sentido é Lange (1969, p. 18) que nos propõe uma reflexão acerca do fato de que «tais danças, executadas ao ar livre, foram o resultado de uma maior integração ao poder estatal» ou, dito de outra forma, «um dispositivo do Estado para se identificar permanentemente a população com os eventos e os fins do Estado» (Lange, 1969, p. 18). Nesse caso específico da inauguração da capela no Tijuco isso salta aos olhos, visto que o governador da Capitania do Rio de Janeiro estava presente com sua comitiva, não deixando de considerar que os festejos foram feitos por conta da presença do representante de Portugal no Tijuco, reforçando a ideia de que o aprendizado da política também era informal.

Por outro lado, Lange (1969, p. 16, grifo nosso) acrescenta que «se refletirmos sobre o impacto que as diferentes manifestações populares portuguesas, indígenas e africanas produziram nos respectivos setores raciais de uma sociedade em formação» acabaremos por entender que «a violenta formação das Minas Gerais, em gigantescas aluviões humanas de diferentes procedências, com o ocaso juntando grupos humanos díspares em origem, mentalidade, hábitos, tarefas, propósitos e expansões espirituais» que se viram obrigados a uma convivência em comum, «assinala um dos momentos mais ricos e surpreendentes dum *melting-pot* folclórico, onde uns observando os outros, *aprendiam*, imitavam, assimilavam e recriavam segundo o critério pessoal ou coletivo».

6. O ensino espontâneo dos ofícios mecânicos

A construção das igrejas na Vila do Príncipe um dos capítulos mais interessantes da história da educação informal, espontânea e popular é. Nas *fábricas das igrejas* congregavam-se os mais diversos ofícios ligados às complexas obras dos templos como os de pedreiro, carpinteiro ou carapina, escultor, pintor, vidraceiro, entalhador, sineiro, santeiro, entalhador, marceneiro, ourives, ferreiro, dourador, torneiro, entre outras.

A história dos ofícios mecânicos remonta à primeira casa edificada na pousada sabarense para moradia de alguém que decidiu ficar naquele sertão para sempre. Qual teria sido ela, de onde veio a madeira para as portas, janelas e o piso, de onde veio o barro para suas paredes de pau-a-pique, de onde vieram as telhas, quem a construiu, não sabemos. Nada sabemos. O que restou desses tempos foram as casas, igrejas e capelas. Esses templos religiosos tiveram cada um deles ao seu modo suas reformas, ampliações, aterros, pinturas, repinturas, campas e cemitérios no adro. As igrejas que se mantiveram de pé nessa longa história serrana – a da Purificação e a da Abadia não existem mais – registram a história da educação informal dos ofícios mecânicos da construção civil.

Uma rápida descrição das obras das igrejas serranas nos mostra como as fábricas da paróquia eram verdadeiras salas de aula, canteiros de obra que serviam para ensinar os mais diversos ofícios uma vez que «o setor de serviços era igualmente dinâmico» (Priore, 2016, p. 109).

A Igreja de Nossa Senhora da Purificação, por exemplo, levou 36 anos para ficar pronta ou pelo menos para ser considerada terminada. Foi no dia 30 de dezembro de 1742 que os «irmãos de Nossa Senhora da Purificação entregaram um requerimento ao Senado da Câmara dizendo que tinham determinado fazer uma capela nesta vila» (Briskievicz, 2017).

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição passou por reformas sucessivas desde a construção precária da primeira de telhado de palha no início da pousada sabarense em 1713, passando pela segunda grande reforma em 1742, até ser considerada concluída definitivamente em 1872. Para se ter uma ideia da enorme empreitada para os oficiais mecânicos, Silva (1928, p. 79) conta que entre 1795 a 1799 o ouvidor Domingos Manuel Marques Soares tomou a peito a conclusão da atual Matriz sendo que «os grandes e grossos esteios para as terras foram trazidos do Retiro da Saia, pouco mais de 2 e ½ léguas da Vila. Quarenta carros daí vieram com as grossas madeiras necessárias sob a chefia do fazendeiro Antônio Peixoto Guimarães». Quando entravam no povoado «vinham os guiaadores paramentados com enfeites garbosos e entravam ao estrondear de foguetearia e ronqueiras; o Senado da Câmara foi ao encontro de capa, volta e vara vermelha tomando cada vereador a frente de um dos carros». Os senadores «lá foram por igual garbosamente paramentados de opa vermelha os irmãos do Santíssimo todos homens brancos e nobres; e foi povo, mulhero, criançada...» Em resumo: «uma festa colossal!»

A Igreja da Ordem Terceira do Carmo, em 1768, recebeu concessão do Senado da Câmara, «sem aforamentos, os chãos que medeiam entre as casas do guardador João Batista de Oliveira e sargento-mor Vicente Pereira da Moraes e Castro, na Rua Direita da Cavallhada, com destino a erigir uma capela» (Briskievicz, 2017). Ficou pronta em 1780. Dezoito anos de obras. Contudo, as reformas começaram já em 1798 com a colocação de uma nova porta e terminaram em 1815 com algumas reformas estruturais contratadas com o mestre José Antônio da Silva Guimarães (Fundação João Pinheiro, 1995, p. 165).

Quantos ofícios ensinados nas fábricas das igrejas, num produtivo processo de ensino e aprendizagem, processo contínuo em que os mais experientes ensinavam aos mais jovens o ofício que lhe conviesse. Nesse sentido, afirma Dias (1969, p. 65), entre as várias funções da arte colonial e dos ofícios a ela ligados está a «consciência de que o trabalho artístico possuía função educativa, contribuindo para o aprimoramento cultural de uma parte da população».

A educação barroca dos ofícios da construção dos templos religiosos e de sua ornamentação parece ter conseguido aprimorar a capacidade de adaptação aos novos contextos sociais e culturais, ensinando como a criatividade artística pode interferir na sociedade em que os oficiais estavam inseridos. A atividade aprendida nas fábricas das igrejas tornava quase impossível a tarefa de dizer quem era artista ou apenas artesão, quem poderia ter um nível mais elevado de criatividade, ultrapassando «a simples condição de “trabalhador manual”. A forma de organizar o trabalho era em equipes, onde “o trabalho era, insista-se, coletivo”». E mais: os oficiais eram avaliados pelo Senado da Câmara para determinarem sua condição laboral, em pleno funcionamento da regulação do trabalho, estabelecida por lei em que «pedreiros e carpinteiros, por exemplo, (...) foram submetidos a exames a partir

de 1725» (Dias, 1969, p. 66). Concluimos, pois, que entre artesãos e artistas, o ofício mecânico expresso no barroco serrano por suas igrejas é um tipo de jogo, «um jogo consciente da forma, da cor, da palavra, da ideia» em que histórica e existencialmente se expressou como «um ser em crise» e sua «arte registrou, como um grande radar, as oscilações das ideias e as linhas cruzadas das formas de expressão em mudança» (Ávila, 1970, p. 14).

A construção das igrejas envolvia um grande número de oficiais e aprendizes. Era uma escola informal, onde os mais diversos ofícios eram praticados e referendados pelos moradores da vila que reconheciam de alguma forma – seja por necessidade religiosa ou secular o valor social dos oficiais. Nesse sentido, a construção das igrejas e das soluções empregadas construtivas nela aplicadas, acabaram por interferir na forma de edificar as casas da vila e vice-versa. Mas o fato de os ofícios mecânicos serem fundamentais para uma vila do ouro em construção – seja de suas igrejas, seja de suas casas – não podemos denegar a importante contribuição dos estudos históricos coloniais que mostram a questão do defeito mecânico (Franco, 1997, pp. 21-63; Souza, 2004; Nadalin, 2003, pp. 230-231, 240).

O defeito mecânico é uma forma de definir os trabalhos manuais desprezando-o e desqualificando-o por sua baixa hierárquica no rol das profissões, sendo este destituído de grandeza ou nobreza em comparação com os trabalhos da administração, da gerência, da coordenação, provisionados pela monarquia portuguesa, legislativos, ou seja, os trabalhos intelectuais, no topo da pirâmide hierárquica, dariam *status* social e nobreza. Em uma palavra: estabeleceu-se quem mandava, quem obedecia, quem tinha autoridade e quem não tinha, quem era a autoridade e quem era o autorizado.

Ao desvalorizar os ofícios mecânicos para elevar os ofícios nobres, as elites locais de certa forma justificavam a escravidão e seus prolongamentos sociais como a alforria e a miscigenação racial e acabavam por dar a ela uma finalidade útil para a melhoria da civilização ou da moralidade serranas. É nesse sentido que os oficiais mecânicos eram, na sua maioria, egressos da escravidão, seja por alforria, seja por uniões inter-raciais e, de certa forma, subvertiam por sua atuação a concepção de uma sociedade estática e imóvel no tempo e no espaço, abrindo oportunidade para entender que a educação informal ajudou e muito a quebrar as fronteiras raciais e a criar certa capilaridade da forma de ser e de pensar dos escravos da diáspora africana uma vez que:

Indivíduos dos mais diferentes grupos, etnias e distinção social, a maioria portugueses imigrados, que obrigados pelo destino, construíram juntos um modelo sócio cultural novo, que possibilitou as condições artísticas necessárias para efetivação de uma experiência estético-arquitetônica inovadora dentro do mundo português (Dangelo, 2006, p. 56).

O ensino espontâneo auxiliou, por isso, na entrada dos africanos através da sua arte, talento e de sua resistência cultural em espaços sociais antes negados. O ensino espontâneo foi, de certa forma, uma luta contra o bacharelismo, pois «cumprir destacar que a depreciação do trabalho manual pode estar relacionada principalmente à cultura bacharelesca que se iria desenvolver na virada do século

XIX para o XX» (Guedes, 2006, p. 110), mas que tem suas raízes fundadas no século XVIII, onde o escravismo predominou nas minas de ouro e diamantes. Assim, podemos entender que o ensino espontâneo da primeira metade do século XVIII na Vila do Príncipe será continuamente desvalorizado pela elitização através da instrução escolar ou bacharelismo (Freyre, 2002, p. 295) que avançará nos séculos seguintes com a oferta do ensino formal.

A questão central é que o ensino informal dos ofícios mecânicos foi uma forma de mobilidade social dentro de um panorama mais amplo do racismo serrano e nem todos os grupos se pautavam exclusivamente pela noção aristocrática do defeito mecânico, havendo fluidez e rearticulações na sua forma de expressão na Vila do Príncipe.

7. Conclusão: o que nos ensina o ensino espontâneo

A instrução pública não teve lugar entre 1702 e 1758 na Vila do Príncipe e suas povoações e no extenso sertão do Norte de Minas Gerais por um motivo simples: o acesso à educação, à instrução pública, às primeiras letras e às humanidades dos *homens bons* acontecia de maneira geral antes da chegada deles à Vila do Príncipe e aos povoados derivados, em outros espaços de socialização. Junte-se a isso que a *démarche* do status social nesse contexto histórico é o privilégio do nome e do sobrenome, da origem europeia lusitana, da cor da pele, da religiosidade católica romana, dos cargos administrativos provisionados pela coroa portuguesa, das descobertas de ouro e de diamantes, do pertencimento à hierarquia sacerdotal católica. Junte-se ao *status* social, não obrigatoriamente, a alfabetização aprendida nas cadeiras de primeiras letras e teremos um algo a mais na vida do indivíduo. Ao homem bom somava-se a instrução recebida, não era essa instrução o ponto de partida para o status social. Por isso, a instrução pública não foi formalizada pela coroa portuguesa ou não a interessava, pois, o foco era administrar as minas de ouro e diamantes e não promover a educação nas vilas o que de fato não fez parte do discurso da metrópole. Junte-se a isso que não havia *demandas das populações locais* que estavam unicamente interessadas em manterem-se conformadas às imediatas questões da sobrevivência em terrenos tão inabitáveis e nada propícios à civilidade, tentando dominar os territórios da melhor forma possível, para além apenas da exploração do ouro e do diamante, como o cultivo de plantações para abastecimento desses povoados a fim de não terem ouro nas buacas e morrerem de fome. A educação não enchia a barriga e não garantia nenhuma distinção social para os primeiros moradores da Vila do Príncipe e arredores e isso determinou que a instrução pública não era reivindicada como direito e nem mesmo havia a exigência de ser prestada pelo governo. Segundo Priore (2016, pp. 328, 329), «para quem não podia estudar, sobrava trabalhar» pois a infância traria ainda as marcas da cor da pele e da condição de nascimento» e, por isso, «escravos pobres podiam ser aprendizes de sapateiros, costureiras, torneiros, carapinas, jornaleiros» e vários «deles exerciam atividades domésticas, complementares às realizadas por suas mães. Filhos de doceiras descascavam amendoim, coletavam ovos, colhiam frutas, transportavam feixes de cana na cabeça» e «filhos de vendedoras de tabuleiro portavam tripés, oferecendo aos gritos, biscoitos de goma, sequilhos e broa».

Nosso percurso argumentativo em relação à história da educação no Serro no período de 1702 até 1758 pressupõe a desvalorização da educação formal e a não necessidade de sua formalização nos primeiros anos do povoado. É como resultado de uma conjunção de fatores econômicos, sociais, religiosos e políticos a educação não sofisticasse a civilização serrana. Isso de fato ocorreu como *démarche* da condição colonial serrana e os mecanismos cotidianos de servidão à coroa portuguesa, baseados no recurso à coercitividade contra qualquer projeto emancipatório dessas populações, derivados de um único interesse para a região das minas de ouro e diamantes: a rápida e eficiente extração das suas riquezas minerais. Assim, afirmamos categoricamente que o ouro ofuscou a educação nesse contexto, pois a educação não era uma necessidade central para a comunidade serrana. Destarte, a busca pelo ouro nas minas deixava de lado as discussões sobre a centralidade das práticas educacionais.

Escolhemos dois personagens dialeticamente opostos quando comparados o status social e a educação formal para contar os primeiros anos das minas do Serro do Frio. São eles os índios botocudos e o escrivão do procurador da coroa portuguesa no ato do descobrimento, Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo. Pelo olhar dos primeiros, houve uma invasão e perda de seus territórios. Pelo olhar do segundo, percebe-se que o interesse era única e exclusivamente a descoberta das minas de ouro. Por isso, é importante considerar que a modernização como a entende Max Weber pressupõe a comparação entre o atrasado e o moderno, entre o antigo e o novo, entre o ontem e o hoje. Assim, o projeto de modernização das minas do Serro do Frio se opôs à sobrevivência dos botocudos nas suas matas e rios. Sabemos bem que o projeto de modernização foi vencedor com a quase extinção indígena no território mineiro. Destacamos a herança dos jesuítas que de alguma forma chegaram ao Serro por sua moralidade civilizadora e pelo ensino implantado na Vila de São Vicente e sua região trazidos pelos bandeirantes paulistas vindos de Taubaté, Itu, Vale do Paraíba albergados em Sabará. Os *homens bons* criaram uma povoação com sua moralidade civilizadora.

A distribuição dos privilégios através de títulos, patentes e provisões aos descobridores mostra a divisão social deste período: aos homens bons tudo, à ralé que eram os escravos, nada. Era preciso se tornar um grande descobridor de diamantes para ser alforriado. Numa sociedade dividida radicalmente em projetos diversos de sobrevivência no povoado – os homens bons queriam o progresso da vila e os escravos queriam alguma liberdade – problematizamos com Norbert Elias o que vem a ser o processo civilizador. Trata-se de entender que o processo civilizatório parte de um conceito de ser humano desde o nascimento destinado por regras sociais, sentimentos e sensibilidade a comandar. Aos outros cabe obedecer. Pierre Bourdieu nos auxiliou na compreensão de como a convivência nesse povoado reproduzia o poder simbólico das elites dominantes do processo civilizatório. O querer dos homens bons estava acima de qualquer outro *habitus* divergente. Dessa forma, no povoado, o sentido de processo civilizatório opera dentro da reprodução de valores, costumes e sentimentos da elite que impõe sua forma de ver o mundo ao seu redor, de manter e aumentar o seu *habitus* hipostasiado pelo ícone de todo esse processo: o pelourinho.

Haveria, contudo, um modo informal de educar num povoado com *habitus* definido perpetuador de um poder simbólico ligado aos colonizadores? Acreditamos que sim, pois a capilaridade do poder simbólico tem seus limites e suas restrições. De alguma forma, de um modo muito sutil operavam-se aprendizagens e ensinamentos entre os grupos e, em especial, os mais marginalizados pela ideia dominante de que os ofícios manuais eram inferiores aos ofícios intelectuais. É que a marginalização impede, na maioria dos casos, a narrativa histórica que fica silenciada. Por isso, resgatamos relatos do ensino espontâneo presentes nos festejos ou ajuntamentos públicos de Zé da Sé, do Tijuco. Aprendia-se e ensinava-se nesse período a música, a dança, a culinária, a arte de fazer fogos de artifício. Mas também há outros *documentos* que contam tantas outras histórias do ensino espontâneo. É o caso da construção das igrejas da Vila do Príncipe. Durante séculos o ofício mecânico foi ensinado nas fábricas das igrejas. Com esse ofício houve uma reinserção social dos egressos da escravidão, criando através do ensino espontâneo uma forma de resistência econômica, mas especialmente racial. Dessa forma podemos concluir com Cury (1985, p. 96) que a convivência nas minas do Serro do Frio, na Vila do Príncipe, com seu projeto civilizatório acabou criando um forma de educar e de aprender colado à vida pois «desse viver colado à vida nasce um tipo de saber espontâneo» uma vez que «espontâneo quer dizer nascido da experiência e ainda não teorizado, não elaborado e nem sempre expresso» ocasionando a possibilidade de que pelo «processo em que se vive» seja por si mesmo «educativo, variando de acordo com a maneira com que os homens se apropriam dos frutos do trabalho e de como são capazes de rever esse processo».

Portanto, os serranos e as serranas educaram através do ensino espontâneo, com a mais absoluta negativa da coroa portuguesa de qualquer formalização da instrução pública. Uma educação centrada no ensino espontâneo, ligado à vida. A história prosseguiu seu curso. Dom José I, o príncipe do Brasil de fato após a morte de seu irmão com o nome da vila serrana nos idos de 1714, tornou-se homem feito e assumiu o trono português em 08 de setembro de 1750, governando-o até 1777. Foi no seu governo que o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas do Brasil, em 1759. Mas isso é uma outra história...

8. Referências

- Abreu, R. L. de. Mapa da localização do Serro no estado de Minas Gerais e Brasil. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MinasGerais_MesoMicroMunicip.svg>. Acesso: 13 out. 2018.
- Arquivo Pessoal Maria Eremita De Souza. *Caderno [7] 24-04-1964 Rio Vermelho*. 2018 [indexação do autor].
- Ávila, A. (1970). O elemento lúdico nas formas de expressão do barroco. *Barroco*, 2, 7-18.
- Barbosa, W. de A. (1995). *Dicionário histórico e geográfico de Minas Gerais*. 2.ed. Belo Horizonte: Itatiaia.

- Bobbio, N., Mateucci, N., & Pasquino, G. (2007). *Dicionário de política*. Volume 2. 13. ed. Brasília: Ed. UnB.
- Bourdieu, P. (2011). *O poder simbólico*. 2. ed. Lisboa: Edições 70.
- Briskievicz, D.A. (2017). *A arte da crônica e suas anotações. História das Minas do Serro do Frio à atual cidade do Serro em notas cronológicas. (14/03/1702 a 14/03/2003)*. Porto Alegre: Simplíssimo, 2017[e-book].
- Brito, F.T. de. (1732). *Itinerário geográfico com a verdadeira descrição dos caminhos, estradas, rossas, citios, povoaçoens, lugares, villas, rios, montes, e serras, que há da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Até as Minas do Ouro*. Sevilha: Oficina de Antônio da Sylva.
- Coelho, J.J.T. (1994). *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.
- Conceição, C. da. (1823). *Gabinete histórico que a Sua Majestade Fidelíssima o Senhor Rei D. João VI, em o dia de seus felicíssimos anos, 13 de maio de 1818 oferece Fr. Cláudio da Conceição*. Lisboa: Imprensa nacional.
- Cury, C.R.J. (1985). *Educação e contradição*. São Paulo: Cortez/Autores Associados.
- Dangelo, A.G.D. (2006). *A cultura arquitetônica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa: arquitetos, mestres de obras e construtores e o trânsito de cultura na produção da arquitetura religiosa nas Minas Gerais Setecentista*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Dias, F.C. (1969). Para uma Sociologia do barroco mineiro. *Barroco*, 1, 63-74.
- D'Oliveira, J.J.M. (1864). *Quadro histórico da Província de São Paulo. Para uso das escolas de instrução pública oferecido à Assembleia Legislativa Provincial*. São Paulo: Typographia Imparcial de J. R. A. Marques.
- Elias, N. (1973). *La civilisation des moeurs*. Paris: Calmann-Lévy.
- Elias, N. (1993). *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Volume 2. Rio de Janeiro: Zahar.
- Elias, N. (1994). *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Volume 1. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Franco, M. C. (1997). *Homens livres na ordem escravocrata*. 4.ed. São Paulo: Ed. UNESP.
- Freyre, G. (2002). *Sobrados e mocambos: a decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 13.ed. Rio de Janeiro: Record.
- Fundação João Pinheiro. (1995). *Barroco*, 16, 2.ed., 1995.

- Guedes, R. (2006). Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (séculos XVII-XIX). *Topoi*, 7(13), 379-423.
- Lange, F. C. (1969). As danças coletivas públicas no período colonial brasileiro e as danças das corporações de ofícios em Minas Gerais. *Barroco*, 1, 15-62.
- Lima, L.L. da G. (2014). O padroado e a sustentação do clero no Brasil colonial. *Sæculum - Revista de História*, 30, 47-62.
- Nadalin, S.O. (2003). A população no passado colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade. *Topoi*, 4(7), 230-240.
- Ortiz, R. (Org.). (1983). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática.
- Pinto, A. L. Memórias municipais. (1902). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, VII, 939-940.
- Priore, M. del. (2016). *Histórias da gente brasileira. Volume I. Colônia*. Rio de Janeiro: LeYa.
- Romanelli, O. de O. (2014). *História da educação no Brasil*. 40.ed. Petrópolis/RJ: Vozes.
- Saviani, D. (2013). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4.ed. Campinas: Autores Associados.
- Silva, D. A. F. da. *Memória sobre o Serro antigo*. Serro: Typographia Serrana, 1928.
- Souza, L. de M. e. (2004). *Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII*. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal.
- Vainfas, R. (2002). *Os protagonistas da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus.
- Weber, M. (2001). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret.

page intentionally blank